

O dínamo que movimenta essa engrenagem tenebrosa

5 SET 1989

A gravidade da crise que afeta o setor público brasileiro vem inutilizando, um a um, os instrumentos de atuação do governo. No encontro que reuniu, na semana passada, autoridades financeiras dos países integrantes do chamado Grupo dos Oito (principais devedores latino-americanos) em Cancun, no México, o presidente do Banco Central, Wadico Bucchi, mostrou que até mesmo os instrumentos da chamada política monetária — que o governo admite que são, hoje, os únicos de que pode lançar mão para evitar a hiperinflação ou para adiá-la para depois de março — perderam sua eficiência.

Na origem desse processo, Bucchi coloca o rápido crescimento da dívida pública interna e a vertiginosa aceleração de sua “rolagem” — que representava 5% do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro em 1970, 8,2% em 1982, 13,7% no ano passado e “continua a aumentar neste ano por causa das taxas de juro positivas”. O principal fator de crescimento da dívida interna é, segundo o presidente do Banco Central, o fato de o governo ser obrigado a tomar emprestados de credores internos os cruzados necessários para comprar, dos exportadores brasileiros, os dólares destinados ao pagamento dos juros da dívida externa (da qual o setor público detém mais de 80%).

A dívida externa ajuda a expandir a dívida interna também de outra maneira, segundo Wadico Bucchi. Com a interrupção do fluxo de recursos externos ao País (que se tornou exportador líquido de capitais: de 1980 a 1988, o Brasil pagou US\$ 91,5 bilhões de juros aos credores externos, diz o presidente do Banco Central), o governo precisou emprestar dinheiro no mercado interno para poder executar seus programas e pagar suas despesas, criando aquilo que muitos presidenciáveis apresentam como resultado da falta de patriotismo dos nossos empresários: a **ciranda financeira**.

Bucchi diz que essa estratégia foi montada na suposição de que a interrupção do fluxo de dinheiro do exterior para o Brasil seria temporária. Não foi, e, por isso, ele admite que essa estratégia contribuiu para fazer crescer demais o déficit público, com todas as consequências disso, como o aumento da dívida pública (pelos custos crescentes de sua rolagem) e a obrigação do governo de usar as taxas de juros como principal instrumento de política monetária (diante da necessidade cada vez maior de recursos por parte do governo, as taxas de juros tendem a crescer sempre, tendo atingido sexta-feira o nível estratosférico de 52%!).

À análise de Bucchi vem-se juntar a outra feita por economistas do Instituto de Planejamento Econômico e Social (Ipea), vinculado à Secretaria de Planejamento. Nesse estudo, os economistas concluem que “o quadro de administração da dívida pública está no centro de dinamização do processo inflacionário”. Em outras palavras, a dívida interna, alimentada também pela dívida externa, dada a inadimplência das estatais e dos governos estaduais endividados no exterior (mais de 80% do total da dívida), funciona hoje como o dínamo da inflação.

A explicação do funcionamento desse dínamo é feita de maneira simples pelos economistas do Ipea. Se o governo eleva demais as taxas de juros para a rolagem de sua dívida, acaba aumentando seu déficit (cuja cobertura exigirá mais dívida) e, ao mesmo tempo, a renda de seus credores. O aumento da renda dos financiadores privados do governo faz crescer a demanda de bens e serviços. Sem a correspondente elevação da oferta, essa demanda maior quer dizer preços mais altos, isto é, mais inflação. Se baixar as taxas de juros numa situação como a atual, o governo afugenta os aplicadores em papéis públicos e estimula as aplicações em outros ativos (veja-se, como exemplo, o que ocorreu na terça-feira passada nos mercados de ações, de ouro e de dólar) e o consumo, o que resulta, também, em inflação maior.

Tanto o presidente do Banco Central como os economistas do Ipea descrevem uma situação que já é incontrolável: o círculo vicioso financeiro do setor público. Certos candidatos à Presidência da República baseiam-se na gravidade dessa situação para proporem medidas estapafúrdias, como o calote da dívida interna, que não apenas não resolveriam o problema, mas, pelo contrário, precipitariam o desenlace, com o colapso não mais “virtual” das finanças do setor público, e a deflagração da hiperinflação. Isso porque, a qualquer sinal de que poderá ocorrer o repúdio governamental à dívida, os aplicadores fugirão dos títulos públicos e algo equivalente a algumas dezenas de bilhões de dólares terá de encontrar um refúgio que a economia brasileira não tem condições de oferecer. As consequências institucionais desse desenlace poderão ser dramáticas.

A verdade é que em toda essa discussão tem faltado um elemento essencial, que é a identificação da causa primeira que desencadeia todo esse infernal círculo vicioso. Nem o presidente do BC nem os economistas do Ipea tocam nela, limitando-se a descrever seus efeitos. A dívida interna, como a externa que a alimenta, o déficit público e a própria inflação são efeitos concomitantes de uma causa maior: a mentalidade dos nossos políticos que nunca acompanhou a evolução da sociedade e que os leva a encarar o Estado como um instrumento para a satisfação de interesses meramente pessoais, cartoriais e eleitorais.

É essa mentalidade que fez constarem da Constituição medidas que elevaram o déficit da União em 3,5% do PIB. É ela também que está por trás da epidemia de **isonomia**, termo que, por seu sentido jurídico, pretende dar — mas não pode dar — um sentido de legitimidade aos “trens da alegria” que se

montam em escala industrial nas constituições estaduais, sob a alegação de que assim preceitua a nova Constituição brasileira.

Aí está o verdadeiro dínamo, essencialmente político, que movimenta essa engrenagem tenebrosa, que a partir da crise do Estado ameaça desintegrar toda a economia. Sem desativá-lo, jamais superaremos a crise.